



**Discurso do secretário municipal de Direitos Humanos e Cidadania,
Rogério Sottili, na 82ª Caravana da Anistia – Homenagem a Alexander
José Ibsen Voeroes**

(9/4/14, às 14h, no auditório da Faculdade de Educação da USP)

Boa tarde a todos e todas,

É uma honra participar dessa homenagem ao estudante Alexander José Ibsen Voeroes, aluno do Colégio de Aplicação da Faculdade de Educação da USP, que precede a 82ª Caravana da Anistia.

Na figura do meu amigo Paulo Abrão, secretário nacional de Justiça, cumprimento toda a equipe da Comissão de Anistia, que tem desenvolvido esse brilhante trabalho pelo Brasil todo e com quem estamos construindo uma estreita parceria em várias frentes da Secretaria. Cumprimento o deputado Adriano Diogo, à frente da Comissão da Verdade da Assembleia Legislativa de São Paulo e é um grande parceiro. Minhas saudações ao reitor da Universidade de São Paulo que nos acolhe, Marco Antônio Zago, à professora Lisete Arelaro, diretora da Faculdade de Educação da USP, e o professor Clovis Bojikian, diretor da Escola de Aplicação nos anos 60 e 70. Por fim, na pessoa da Lira Alli, cumprimento todos os estudantes aqui presentes e os coletivos de juventude que têm batalhado pelo fortalecimento da democracia e pelo direito à memória, verdade e justiça, dando continuidade à luta iniciada pelos resistentes tantos anos antes.

É muito emblemático realizar essa homenagem no marco das atividades em descomemoração aos 50 anos do golpe de Estado que instituiu uma ditadura civil-militar que durou mais de 20 anos no País. Este é um momento muito oportuno para conhecer e entender o que aconteceu nesse período e, principalmente, analisar os

impactos de tantos anos de autoritarismo e de violações não esclarecidas e não julgadas.

É muito especial realizar essa homenagem aqui mesmo na Faculdade de Educação, onde podemos, de forma simbólica, reconstruir os caminhos percorridos pelo Alexander na defesa dos ideais em que acreditava – um jovem de origem chilena que sonhava com um mundo mais justo e lutava para defender o país que adotou como seu.

O poder público, seja município, estado ou União, deve muitos esclarecimentos aos familiares dos mortos e desaparecidos políticos, aos militantes que sofreram todos os abusos e atrocidades praticadas pelo Estado na época e à sociedade em geral, que tem o direito de conhecer sua história.

Ao trabalhar as políticas de memória e verdade queremos lembrar a trajetória de vida dos militantes da resistência, valorizar sua luta e disseminar suas biografias para que sirvam de referência e de inspiração às novas gerações. Conhecer seus relatos, seus registros e entender os impactos de mais de vinte anos de autoritarismo é fundamental para valorizar e consolidar a nossa democracia hoje. Essas histórias de vida têm um enorme potencial transformador para a juventude que está nas ruas, nas periferias, convivendo diariamente com a violência de Estado.

Quero dizer, não encarar as violações de direitos humanos perpetradas pelo Estado tem efeitos nefastos até hoje e contribuem para a perpetuação de uma cultura de impunidade e de violência que sempre marcou a história do nosso país.

Ao lado das políticas de busca da verdade e reconstrução da memória, ainda precisamos avançar no pilar da Justiça para que a transição seja completa. Devemos nos mobilizar para que o Supremo Tribunal Federal reveja a interpretação da Lei de Anistia, que atualmente perpetua um cenário de impunidade de violações de direitos humanos praticadas por agentes públicos.

A impunidade arraigada e a falta de justiça decorrentes da interpretação da Lei favorecem que violência de Estado continue presente e que ganhe nuances perversas, como o racismo institucionalizado. A mortalidade dos jovens negros e de

periferia é crescente, especialmente por homicídios cometidos pela polícia. Isso é inaceitável.

A Prefeitura tem reiterado seu compromisso de trabalhar na busca da verdade e no fortalecimento da memória sobre graves violações de direitos humanos ocorridas na Cidade. Entre outras iniciativas, está em trâmite na Câmara de Vereadores o Projeto de Lei que cria a Comissão da Memória e da Verdade da Prefeitura de São Paulo para investigar o papel da Prefeitura durante a ditadura civil-militar.

Esses são passos iniciais para dissipar a nuvem de silêncio que sombreou mais de vinte anos da nossa cidade, mas ainda temos muito o que avançar. A São Paulo que queremos é aquela em que o Estado garante direitos humanos e cidadania, não como agente de violência.

Por isso digo aos familiares do Alexander, que hoje representam as famílias da resistência, para quem devemos os avanços das políticas de memória e verdade, que contem conosco!

Parabéns pela iniciativa da Caravana! Forte abraço e obrigado!